

Público e Privado

A situação da empresa de consultoria de propriedade de uma assessora do senador Ney Suassuna, suspeita de participar de *lobbies* da indústria farmacêutica, não é apenas mais um escândalo na feira de revelações dos últimos tempos na administração e na política brasileiras. A rigor, se for comprovado o escândalo, é um fato que resume, em seus componentes, todos os outros, e passa a ser o símbolo de um país que se curvou à *banda podre* da burocracia.

Sintomaticamente este tipo de complicação ocorreu em Brasília. Ali, lá no Centro do país, aparentemente longe da vigilância da opinião pública, algumas pessoas se habituaram a confundir o público e o privado, em proveito próprio. Não são poucos os desvios de comportamento à sombra dos gabinetes, ao sabor das conjunções políticas, mas sobretudo em decorrência da falta de fiscalização tornada marca registrada durante o regime de exceção.

Quando o país remergulhou na democracia os parâmetros de avaliação do comportamento do funcionalismo público – sobretudo – se tornaram mais transparentes. Sob o foco da opinião pública estas coisas aparecem com mais facilidade. O próprio senador Suassuna, ao ser informado que sua assessora fazia *lobby* para a Associação dos Laboratórios Farmacêuticos Nacionais, garantiu que

estava sabendo da irregularidade naquele momento, mas prometeu demiti-la. Durante muito tempo, portanto, tudo se passou como se ninguém soubesse de nada, embora exatamente uma das áreas de atuação do senador tivesse a ver com saúde e vigilância sanitária. A serem corretas as denúncias, a indústria farmacêutica tinha na assessora do senador um posto avançado de informações em primeira mão.

A assessora, Síssi Santos Pereira, defendeu-se com os argumentos de praxe. Garantiu que nunca fez *lobby*, é dona da empresa mas quem a gere é seu filho, os faxes nos quais se baseia a denúncia podem ter sido falsificados e finalmente só entrava em contato com representantes da Associação dos Laboratórios Farmacêuticos na qualidade de assessora parlamentar. Em suma, os estreitos caminhos das relações entre um dos Poderes da república e a iniciativa privada têm sempre duas vias, e estas vias, no frigidar dos ovos, confundem-se admiravelmente.

Entre a ingenuidade e a perversidade, muitas coisa se explica, embora quase nada se explique de verdade. Entre “fazer *lobby*” e “só analisar e ajudar na confecção de projetos” vai uma diferença tão pequena que nem com microscópio as variantes da questão poderiam ser distintas. A única solução é investigar, para enfim separar o público do privado.